

A formação do integralismo lusitano (1907-17)

O integralismo lusitano (IL) não foi ainda objecto de estudo por parte da moderna historiografia portuguesa. No entanto, ele corporizou, no campo da produção ideológica, um momento decisivo do derrube do Estado liberal na terceira década do século XX.

Enquanto movimento intelectual e político, com o mínimo de unidade orgânica, o IL mantém-se em actividade entre 1914 (data de lançamento d'*A Nação Portuguesa*) e 1922, quando a sua Junta Central decreta a autodissolução. A sua influência nestes dois campos extravasa, no entanto, esta barra cronológica. No actual estado da pesquisa é ainda difícil fazer o ponto da situação no que toca à própria bibliografia disponível sobre o tema, extremamente vasta e heterogénea.

Até à década de 60, com o trabalho de Carlos Ferrão, a «história» do integralismo foi assumida pelos próprios, ou então por outras gerações que foram reivindicando a sua filiação ideológica ao longo do Estado Novo. Este movimento reprodutor é, aliás, parte integrante das tensões ideológicas e políticas no seio deste. De qualquer modo, o primeiro traço a salientar, perante a vastidão desta produção editorial, conduz-nos a uma conclusão necessariamente impressionista: a sua vitalidade remanescente. Sem intenções analíticas (competirá a futuras pesquisas traçar a correlação entre estes movimentos e as próprias tensões existentes), poderemos periodizar com alguma segurança este processo.

Após a sua autodissolução, e apesar de continuarem as suas publicações doutrinárias, será no início da década de 30, em plena institucionalização do Estado Novo, que se inaugurará o período das sínteses. É o caso das obras de Fernando Campos¹ ou do *Panorama do Nacionalismo Português*, de João Ameal. São obras de legitimação no duplo sentido em que, por um lado, pretendem traçar a genealogia do pensamento nacionalista e, por outro, representam uma tentativa de privilegiar o papel do integralismo enquanto matriz ideológica do Estado, a organizar sobre o «espaço vazio» da ditadura militar. À sua elaboração presidem intuítos politicamente precisos num contexto de tensões no bloco de apoio à ditadura. Exigindo, nesta perspectiva, uma leitura que vise detectar nelas as relações entre a sua conjuntura de elaboração e a própria visão que oferecem da tradição nacionalista e da sua genealogia.

Um segundo período coincide com o lançamento, no início da década de 40, das edições Gama, promovido por integralistas da primeira hora. Reeditam-se nesta fase os textos mais importantes do movimento, memórias

* Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

¹ Fernando Campos, *A Genealogia do Pensamento Nacionalista*, Lisboa, 1931.

dos seus fundadores, e produz-se a sua primeira história oficiosa, da autoria de Leão Ramos Ascensão².

Nos finais da década de 60, após o afastamento de Salazar, uma nova geração de monárquicos independentes, reivindicando-se do IL, promove nova reedição de textos, alguns inéditos, datando desta fase a primeira síntese da posição do integralismo em relação ao Estado Novo³.

Símbolo de um combate terminado (República/Monarquia), surgirá em 1964 o primeiro trabalho sobre o tema, da autoria de Carlos Ferrão. Obra que se pretende exaustiva, na qual este não esconde o seu objectivo: provar que o IL é uma cópia aporuguesada da Action Française, no fundo, mero fenómeno de importação com máscara nacionalista. Peça de uma polémica iniciada por seareiros como Raul Proença no seu combate aos integralistas, Ferrão reproduz, no entanto, o essencial da factualidade sobre o tema, ainda que com abundantes imprecisões de pormenor. No campo da historiografia contemporânea, quase todas as obras sobre o período se limitam a recensear o projecto integralista, apresentando lateralmente a sua actuação no campo político. Apenas João Medina, António José Telo e Manuel Braga da Cruz ensaiaram uma proposta analítica⁴.

É partindo desta situação no campo da historiografia sobre o tema que nos propomos abordar o processo de formação do integralismo enquanto movimento doutrinário, portador de um projecto político que poderemos definir como *conservadorismo radical*.

Procuraremos assim, num primeiro momento, observar o nascimento duma nova ideologia, detectando o seu leque de influências numa perspectiva comparada. Trata-se também de observar o percurso dos seus agentes.

O integralismo toma como ponto de partida o campo intelectual antes de escolher o campo político como território de actuação. Foram intelectuais na política, formuladores de uma ideologia com coerência interna, organizando-se mesmo, numa segunda fase, em movimento político.

O objectivo desta comunicação não se reduz à análise da ideologia integralista. Não se trata apenas de considerar os seus conteúdos significativos, mas estes enquanto difundidos e portadores de efeitos específicos. O integralismo interessa-nos como ideologia política que, num contexto de crise do Estado liberal e dos seus mecanismos de representação, *fundamenta e legitima* um modelo alternativo, representando um fenómeno moderno, na medida em que surge «para resolver problemas do tempo, e não andar com o relógio para trás»⁵.

² Leão Ramos Ascensão, *O Integralismo Lusitano*, Lisboa, 1943.

³ Rivera Martins de Carvalho, *O Integralismo Face ao Estado Novo*, Lisboa, 1971.

⁴ João Medina, ao estudar o nacional-sindicalismo, apresenta uma visão evolutiva do integralismo (vide Salazar e os Fascistas – *Salazarismo e Nacional-Sindicalismo, a História de Um Conflito, 1932/1935*, Lisboa, 1979, pp. 71-84). António José Telo enquadra o IL em movimentos congêneres na Europa, detectando os pontos comuns que condicionam o seu aparecimento: todos se formam em países de atrasado desenvolvimento capitalista, «representando uma reacção tardia da parte mais reaccionária das forças agrárias ao Estado Liberal», à modernização que se consubstancia na nova sociedade urbana e industrial. Em Portugal, o IL renova o pensamento conservador, dotando-o de uma ideologia antiliberal, nacionalista e radical, desempenhando um papel importante no derrube da I República (vide *Decadência e Queda da 1.ª República*, vol. 1, Lisboa, 1980). Manuel Braga da Cruz, num trabalho onde se debruça exclusivamente sobre o tema, retoma a descrição do processo evolutivo do movimento, para, numa segunda parte, sistematizar o projecto político integralista. O seu objectivo é diverso: detectar qual a influência que este detém na construção ideológica que irá suportar o Estado Novo (*Análise Social*, n.º 71, 1982).

⁵ Manuel Vilaverde Cabral, *Portugal na Alvorada do Século XX*, Lisboa, 1979, p. 110.

1. A GERAÇÃO INTEGRALISTA

Nascidos nos anos 89-91 do século passado, é na Universidade de Coimbra que, nos anos que medeiam 1907-11, irão adquirir o fundamental da sua personalidade intelectual.

Não possuímos ainda indicadores que nos permitam enquadrar com segurança os futuros integralistas na comunidade estudantil que os englobava. Uma análise sociológica desta permitiria uma aproximação mais precisa do carácter desta comunidade no que se refere à base social, tipo de sociabilidade, polarização política e ideológica e atitudes em relação ao próprio aparelho escolar.

Tomando como base a idade e a data de passagem pela Universidade de Coimbra de um conjunto ainda reduzido de estudantes (quase todos da Faculdade de Direito), poderemos obter desde logo uma primeira aproximação das *élites* estudantis desse quinquénio escolar (vide quadro n.º 1).

Ao abordar o conceito de geração, Mannheim afirma que esta «envolve mais que uma mera co-presença numa região histórica e social. Exigindo um nexos adicional, que pode ser descrito como a participação no destino comum dessa unidade histórica e social»⁶. Possuindo ou não a mesma idade, eles afirmam-se como uma geração no momento em que participem, num espaço determinado que condiciona o seu real, nas correntes sociais e intelectuais e possuam uma experiência mais ou menos activa na interacção de forças que despoletam novas situações⁷.

Se quisermos esboçar uma primeira caracterização da vida escolar neste período, uma nota ressalta desde logo: a crise. O meio estudantil de Coimbra

[QUADRO N.º 1]

| Nome | Ano de entrada na Universidade de Coimbra |
|---------------------------------------|---|
| Amílcar da Silva Ramada Curto | 1905-06 |
| António Faria Carneiro Pacheco | » |
| Domingo Fezas Vital | » |
| Mário Faria Carneiro Pacheco | » |
| Alberto Monsaraz | 1906-07 |
| Álvaro dos Reis Torgal | » |
| António Alberto dos Reis | » |
| António Pinto Quartim | » |
| Armando Marques Guedes | » |
| José Hipólito Raposo | » |
| José Maria Braga da Cruz | » |
| Luís Cabral de Oliveira Moncada | » |
| Manuel Paulo Mereia | » |
| Simeão Pinto de Mesquita | » |
| António Maria de Sousa Sardinha | » |
| José Pereira dos Santos Cabral | » |
| Martinho Nobre de Melo | 1907-08 |
| Luís de Almeida Braga | » |
| José Freire de Carvalho Falcão | » |
| Francisco Homem Cristo | 1908-09 |
| José Adriano Pequito Rebelo | » |
| José Dias Ferreira | » |

⁶ Anthony Esler (coord. de), *The Young Revolution – The Conflict of Generations in Modern History*, Londres, 1974, p. 8.

⁷ Id., *ibid.*, mesma página.

constitui, a partir da crise de 1907, um reflector ampliado do desmoronamento do rotativismo liberal, pano de fundo do período que decorre entre a ditadura franquista e o 5 de Outubro de 1910. Reflectindo o crescimento do PRP, cria-se o Centro Académico Republicano, ao qual se tenta contrapor, a partir de 1908, o Centro Académico Monárquico (CAM). No primeiro pontuam estudantes como Ramada Curto (seu presidente em 1908), Armando Marques Guedes ou Bissaia Barreto. A este último encontramos desde logo ligados alguns nomes a reter, como os de Gustavo Cordeiro Ramos, Carneiro Pacheco, Fezas Vital, Alberto Monsaraz ou Simeão Pinto de Mesquita, membros da sua direcção em 1908⁸. O CAM expressava, numa altura em que os republicanos hegemonizavam a academia, a tentativa de união dos estudantes conservadores sob a bandeira monárquica. O seu porta-voz, a *Pátria Nova*, defendia uma monarquia temperada por um modelo autoritário que moralizasse a corrupção do sistema político. Modelo que estava longe de se encontrar definido, permanecendo num defensismo confuso no campo ideológico, não se detectando quaisquer ressonâncias da «monarquia orgânica e corporativa».

O terceiro pólo organizado unia-se à volta do CADC – que desde 1905 editava os *Estudos Sociais* –, cimentado em gerações anteriores e ligado à Faculdade de Teologia. Constituía, sem dúvida, o núcleo mais coeso do bloco conservador e mantinha-se afastado da prática política estudantil.

Não será, no entanto, polarizado em volta destes núcleos, nem, de resto, na militância política activa, que encontraremos esboços de unidade entre os futuros integralistas. Em 1908, por exemplo, o CAM saúda D. Manuel em abaixo-assinado, aparecendo Almeida Braga entre os nomes. Na resposta dos estudantes republicanos estão, entre outros, Martinho Nobre de Melo e António Sardinha⁹.

O ponto de unidade que os individualiza e cujo estigma marcará a sua intervenção futura inicia-se no campo literário e estético. Aqui intervirão enquanto estudantes, constituindo-se em tertúlia de debate e leitura. Sardinha, republicano, frequenta o monárquico Monsaraz e juntamente com Hipólito Raposo publicam ficção, poesia, crítica de teatro, etc. Eram conhecidos como o grupo dos «Exotéricos»¹⁰. Sardinha e Alberto de Monsaraz publicam poesias na imprensa estudantil¹¹. Hipólito Raposo ensaia sobre as tradições académicas da Universidade de Coimbra, concorrendo com *Coimbra Doutora* aos jogos florais de Salamanca¹². Dantas apadrinha esta «nova geração de poetas», onde «Hipólito Raposo representa a ponderação, a reflexão, a sobriedade – a prosa. Ao passo que Alberto Monsaraz e António de Monforte «são os herdeiros do velho lirismo coimbrão»¹³.

Neste campo, mais que a literatura memorialista existente, duvidosa e por vezes contraditória, será a análise destas produções literárias que nos poderá fornecer o seu leque de influências intelectuais e tipo de posicionamento ideológico. Produções essas que se inserem no nacionalismo literário da viragem do século, que Alberto de Oliveira baptizou como *neogarrettismo*. Jacinto do Prado Coelho caracterizou-o como o «abandono dos modelos franceses e o retorno às tradições nacionais, ao rusticismo sadio, à ingénua imaginação popular, à vernaculidade linguística»¹⁴. De momento limitemo-nos a recen-

⁸ Cf. *Pátria Nova*, Coimbra, n.º 13, Dezembro de 1908, p. 1.

⁹ Cf. Carlos Ferrão, *O Integralismo e a República. Autópsia de Um Mito*, vol. 1, Lisboa, s. d., pp. 24-25.

¹⁰ Cf. Armando Marques Guedes, *Páginas do Meu Diário*, Lisboa, 1957, p. 88.

¹¹ Cf. *Pátria Nova*, n.º 34, de 20 de Janeiro de 1910, p. 1.

¹² Hipólito Raposo, *Coimbra Doutora*, Coimbra, 1910.

¹³ Prefácio a Hipólito Raposo, *op. cit.*, p. vi.

¹⁴ Jacinto do Prado Coelho, «Neogarrettismo», in *Dicionário de Literatura*, Porto, 1976, vol. II, p. 711.

sear esta filiação. A ela voltaremos mais tarde a propósito da genealogia do integralismo. De qualquer modo, é enquanto tertúlia que se assume, onde se discute Spencer, Nietzsche, Bergson e, no campo português, Eça, Oliveira Martins, Teófilo, Ramalho e Antero de Quental¹⁵.

Se adoptarmos a tipologia de Mannheim ao distinguir, dentro de uma geração, unidades geracionais que, coexistindo no espaço, se demarcam na ideologia, comportamentos, etc., diremos que a unidade geracional integralista se individualiza pela unidade intelectual em detrimento da militância política. Consonante com esta atitude, estes revelam um *elitismo* e *aristocratismo* intelectuais que se manifestam nos seus próprios comportamentos no interior da comunidade estudantil. Não era só por ironia que Gonçalves Cerejeira descrevia Sardinha «de monóculo irritante [...] com aqueles ares superiores e pretensiosos», ou H. Raposo «expondo à noite, no França Amado, olímpicamente, a sua erecta figura de Adónis»¹⁶.

Ao contrário de Salazar, os integralistas não chegaram a Coimbra pela via modesta do patrocínio católico das Beiras. A este aristocratismo, que os individualizava no comportamento, correspondia uma base social cujo estatuto económico era superior à média dos estudantes de Coimbra, já que provinham ou do latifúndio alentejano ou da aristocracia nortenha (Almeida Braga). Aliás, mais que aristocratas por genealogia, no que não se distinguiam de dezenas de outros, eram-no, acima de tudo, por *elitismo* de *afirmação intelectual*.

O 5 de Outubro vem surpreendê-los, no último ano escolar, já «fortalecidos nas reflexões de Renan e Taine, por entre o fogo vivo dos livros da Action Française»¹⁷. Datam destes anos as leituras de Le Bon, Barrès, Maurras e, através deles, do fundamental das produções nacionalistas de finais do século XIX. Como Sardinha lembrará mais tarde, «Charles Maurras disse um dia [...] ‘les lettres nous ont conduit à la politique [...] mais notre nationalisme commence pour être esthétique’. Ao pensar um pouco nas nossas origens literárias [...] eu reconheço que também a nós as Letras nos conduziram à política [...]»¹⁸.

2. A SISTEMATIZAÇÃO DA IDEOLOGIA

A proclamação da República constituiu o factor determinante da formação do integralismo enquanto ideologia. A República era a «democracia», a emergência reforçada de grupos sociais urbanos no campo político, a erupção do movimento operário, no fundo, uma nova dinâmica social que a crise dos mecanismos de representação do liberalismo já anunciava e da qual o advento da República resulta.

Para os jovens integralistas, já imbuídos do nacionalismo tradicionalista no campo da reflexão sobre a sociedade, o 5 de Outubro era a reprodução alargada dos «imortais princípios de 1789», contra os quais reagiu o fundamental da sua formação. Esta ruptura vai determinar a sua passagem ao campo político. Como salienta H. Raposo, faltava-lhes em 1911 «a sólida armadura de um sistema. Foi isso que se discutiu em 1913 e se consubstanciou em 1914 com o I. L.»¹⁹.

Apanhados pelo 5 de Outubro, no último ano do curso de Direito, este vai determinar a separação física do grupo. O quadro n.º 2 dá-nos uma ideia

¹⁵ Cf. H. Raposo, *Folhas do Meu Cadastro*, Lisboa, 1945, p. xiv.

¹⁶ Gonçalves Cerejeira, *Vinte Anos de Coimbra*, Lisboa, 1945, p. 214.

¹⁷ H. Raposo, *Folhas do Meu Cadastro*, p. xxvii.

¹⁸ António Sardinha, *Ao Ritmo da Ampulheta*, Lisboa, 1925, p. 147.

¹⁹ H. Raposo, *Folhas do Meu Cadastro*, p. xxvii.

dos seus percursos até à reunificação em 1914, quando fundam *A Nação Portuguesa*.

Mantendo-se em contacto permanente, apesar dos percursos separados, os seus epistolários revelam-nos desde logo a presença da Action Française, que, se todos conheciam ao nível da produção ideológica, se torna agora, pelas circunstâncias políticas, um exemplo a seguir. Uns, no exílio, lançam a *Alma Portuguesa* (Gand, 1913), onde se consubstancia já um esboço ideológico integralista, no meio de artigos hegemonicamente literários, outros, em Portugal, têm projectos paralelos.

[QUADRO N.º 2]

| Fundadores do IL | 1911 | 1912 | 1913 |
|-----------------------------|--|---|---|
| A. Sardinha | Licencia-se e passa a Monforte. | Converte-se à Monarquia e ao catolicismo. | Participa nas reuniões de lançamento de <i>A Nação Portuguesa</i> . |
| H. Raposo | Viagem a Paris com Monsaraz. Contacta a <i>Action Française</i> e volta a Portugal. Licencia-se e vem para Lisboa. | | Participa nas reuniões de lançamento de <i>A Nação Portuguesa</i> . |
| João do Amaral | Republicano. Colabora n' <i>O Intransigente</i> , de Machado dos Santos. | | Participa nas reuniões de lançamento de <i>A Nação Portuguesa</i> . |
| J. Pequito Rebelo | | | |
| A. de Monsaraz | Viagem a Paris. Fica exilado. | | Participa nas reuniões de lançamento de <i>A Nação Portuguesa</i> . |
| Luis de Almeida Braga . | Participa nas incursões monárquicas e exila-se em Maio. | Exílio na Bélgica. Contacta com o maurrasianismo. | Lança com exilados monárquicos a <i>Alma Portuguesa</i> , publicado na Bélgica. |
| Xavier Cordeiro | | | |
| Rui Enes Ulrich | | | |

A correspondência de A. Sardinha/Luis de A. Braga constitui um revelador do quadro mental que conduz à síntese ideológica integralista. Convertido ao catolicismo e à monarquia, Sardinha relembra a ligação entre a sua produção poética e a sua passagem à história, projectando já *o valor da Raça*²⁰:

É o misticismo da raça que eu ali procuro corporizar, são as pesquisas inimigas da nossa história que ali se denunciam e desbaratam, é a revisão

das possibilidades organizadoras do génio nacional, o minucioso exame de consciência da nossa época que já levo de vencida, cosmopolitismos e teorizações sociais para se reconciliar de novo com essas duas grandes verdades que são o Catolicismo e a Monarquia. [...] A pálida tendência estética do *Tronco Reverdecido* desdobra-se naquelas páginas quentes, em amplos motivos de disciplina e ressurgimento [...] A crise histórica que o nosso país atravessa reveste de exigências imperiosas o que noutras condições bem poderia ser apenas para a mocidade culta uma pacífica atitude psicológica. Hoje a Acção reclama-nos [...]»²¹.

Já em plena redacção do programa do movimento, Sardinha aponta:

A principiar pelo Rei, é necessário ensinar aos monárquicos o que é a monarquia. Nós temos um precedente nesse sentido. É a desacreditada literatura miguelista. Reabilite-se e com a vulgarização do doutrinarismo da Action Française, completamente desconhecida entre nós, organize-se uma teoria contra-revolucionária, que ensine a esta gente que a Democracia é uma forma social inferior, implica a negação de todo o conceito selectivo, que só a realeza pode solucionar [...]»²².

Com esta teoria formulada, Sardinha demarca-se do *cepticismo* e do *saudosismo*. Para ele, o messianismo aliado a este projecto revela que «a esperança, e não a saudade, é o grande renovador do génio lusitano»²³. Consubstancia-se o modelo *positivo*.

No início de 1914 estrutura-se o projecto integralista. João do Amaral, ex-republicano, edita o *Aqui d'El-Rei*, em carta aberta a Machado Santos, este explícita o significado da «monarquia orgânica, antiparlamentar, descentralizada e tradicionalista»²⁴. À semelhança do *Inquérito sobre a Monarquia*, interrogam-se sobre o tema diversas personalidades: Hipólito Raposo responde no n.º 2 e no seguinte Alfredo Pimenta. Esta primeira exposição de princípios, ainda não envolta pela legitimação no passado nacional, constitui um revelador mais preciso do seu quadro de influências. Amaral posiciona-se, no campo das «ciências políticas, contra a ideologia de Rousseau», reivindicando-se de «Maistre, Bonald, Taine, Renan, Le Play, Maurras e Barrès»²⁵.

O velho *Pátria Nova*, órgão dos estudantes monárquicos desaparecido em 1910, reinicia a sua publicação dirigido pelo próprio João do Amaral. Em Abril de 1914 sai o primeiro número d'*A Nação Portuguesa*.

A polémica com Mariotte é elucidativa no campo da formação da ideologia. Amadeu de Vasconcelos é um antigo republicano, colaborador com Basílio Teles da *Voz Pública*, convertido em Paris à Action Française²⁶, que divulga através de uma publicação periódica da sua inteira autoria. O seu objectivo é análogo ao dos integralistas, formar em Portugal um movimento doutrinário à semelhança daquele; somente, para tal não possui nem capital humano nem capacidade de formular uma ideologia em termos nacionais.

²¹ Cf, Luís de Almeida Braga, *Sob o Pendão Real*, Lisboa, 1942, pp. 423-424.

²² Id., *ibid.*, pp. 428-429.

²³ Id., *ibid.*, pp. 432-433.

²⁴ *Aqui d'El-Rei*, Lisboa, n.º 1, Fevereiro de 1914, p. 12.

²⁵ *Ibid.*, pp. 27-28.

²⁶ Vide *A Entrevista*, Lisboa, n.ºs 10 e 11, de 16 e 24 de Janeiro de 1914, onde Mariotte descreve o seu percurso político e o seu projecto de divulgação da ideologia da Action Française em Portugal.

Projectando uma Liga de Acção Nacional, introduzindo (em Paris) o ideário maurrasiano a alguns dos fundadores do integralismo, Mariotte denunciará com virulência a tentativa de demarcação destes em relação ao movimento francês²⁷.

Organizados, a partir de 1914, em movimento, os integralistas vão iniciar a sua campanha no campo da luta ideológica, e é neste terreno que se vão situar nos três primeiros anos da sua existência. Mais que acção política visando a tomada do poder efectivo, estes tentam conquistar, pela produção de bens simbólicos, a influência e o próprio direito a esta, o poder de persuadir e a legitimação deste direito²⁸. Insere-se a sua proposta política no passado nacional, tornando-a credível e polarizando à sua volta as *élites* intelectuais a que se dirigem. Este «passado» é apresentado num jogo complexo de esquecimentos e exaltações: a periodização histórica é redistribuída, são redefinidas as glórias e os heróis, fixados os momentos mais significativos²⁹. Ainda em 1913, Sardinha afirmava a Almeida Braga:

Vou concorrer à Faculdade de Letras de Lisboa, para em público defender as nossas teorias históricas. Na dissertação tu verás como eu utilizo os dados da pré-história e do eruditismo moderno na elaboração duma síntese que seja o nosso ponto de apoio³⁰.

As suas principais produções teóricas datam desta fase. *A Nação Portuguesa* percorre a história nacional, processa filiações, «descobre» o pensamento contra-revolucionário do século XIX e a acção legitimista.

Em 1915, na Liga Naval, realizam as suas «conferências do casino». A pretexto de ameaças espanholas, pronunciam-se sobre os vários aspectos da vida nacional: economia, estado, cultura, etc.

Em 1916 inicia-se a organização do movimento político. Funda-se a sua Junta Central e define-se em estatutos o objectivo da organização e o seu esqueleto orgânico. *A Nação Portuguesa*, desaparecida em 1916, será substituída por um jornal diário — *A Monarquia* —, eixo de difusão política em volta do qual se tenta alargar a sua malha de influência. Estamos nas vésperas do golpe sidonista.

3. TRADIÇÃO, NACIONALISMO E INFLUÊNCIA EXTERNA

Esta visão diacrónica permite-nos abordar algumas hipóteses no que toca à ideologia e ao projecto político integralista, bem como à tipologia de influências que marcam o seu aparecimento em 1914.

Num extenso artigo publicado na 1.ª série d' *A Nação Portuguesa*, Pequito Rebelo traça um quadro — república democrática *versus* monarquia integral — que sintetiza de forma clara o projecto político integralista.

A pretensa soberania popular («multidão, com a sua baixa psicologia e suas inferiores reacções de sentimento»)³¹ opõe-se a Nação organizada, hierarquizada e seleccionada. Ao sufrágio universal opõe-se a representação dos núcleos tradicionais: a família, os municípios, as profissões. O Parlamento é substituído por uma Assembleia Nacional, representativa destas «forças vivas», com um carácter consultivo e técnico.

²⁷ Vide *O Nacionalismo Rácico do Integralismo Lusitano*, Lisboa, 1917, pp. 67-75.

²⁸ Vide Pierre Ansart, *Les Idéologies Politiques*, Paris, 1947, p. 58.

²⁹ Id., *ibid.*, p. 16.

³⁰ Luís de Almeida Braga, *op. cit.*, p. 431.

³¹ José Pequito Rebelo, *Pela Dedução à Monarquia*, Lisboa, 1945, p. 62.

À centralização do Estado liberal, destruidor da vida local, mãe do *urbanismo*, opõe-se a «monarquia integral», a descentralização anticósmopolita e ruralizante, que permita ao «país eminentemente agrícola o cumprimento da sua missão histórica»³². A representação corporativa é também solução para a economia liberal, para as suas crises e para a «agitação desastrosa da sua luta de classes»³³.

Este programa não apresenta grande originalidade no âmbito das formações conservadoras na Europa. Este antiliberalismo, aparentemente anticapitalista e de involução para o passado pré-industrial, não está longe do programa da Action Française. Mas as concepções que estão implícitas neste novo nacionalismo, tradicionalista e radical, exprimem um movimento mais lato que nos remete para as mutações ideológicas que em finais do século XIX presidem ao aparecimento, em França, de uma nova direita radical.

A geração de 1880 — que em França se manifesta com Maurice Barrès, Sorel, Le Bon, Maurras — posiciona-se violentamente contra o individualismo racionalista da sociedade liberal, contra a dissolução dos laços sociais na sociedade burguesa, contra o «ígnobil positivismo»³⁴ que aí prevalece. Revolta-se também contra o modo de vida da sociedade industrial «atomizada», a que opõe a exaltação da nação concebida como «unidade de solidariedade fundamental». Esta posição é o corolário de uma nova concepção do mundo e do homem que põe em causa o conjunto dos valores legados pelo século XVIII e pela Revolução Francesa.

Como salienta Sternhell, esta reacção anti-racionalista manifesta-se também no processo de formação das novas ciências sociais, nos próprios centros elaboradores de ciência: a aplicação social da biologia de Darwin, a filosofia de Bergson, a história de Taine, a psicologia social de Gustave Le Bon e a própria sociologia política italiana de Pareto e Mosca.

A *Teoria das «Élites»*, de Pareto, demonstra ser o exercício do poder a tirania de uma minoria sobre a maioria, legítima no campo doutrinário o domínio das *élites*, necessariamente minoritárias. O darwinismo social, ao aplicar à sociedade os seus princípios da sobrevivência do mais apto e da dominação do mais forte, deixa de constituir uma teoria científica, para se tornar uma ideologia.

A psicologia social de Gustave Le Bon contém dois aspectos de primordial importância. Por um lado, ela reflecte a descoberta do *inconsciente* humano. O ponto de partida de Le Bon é determinista, baseado na concepção de colectividade humana, descrita como um conjunto histórico, biológico e racial que serve de fundamento ao novo nacionalismo de Drumont, Barrès ou Maurras. Mas o autor de *Psicologia das Multidões* transpõe para a esfera das motivações das massas o inconsciente, considera-o o traço fundamental da sua actuação. As suas reflexões são dominadas pelo terror que lhe inspira a entrada das massas na movimentação social e política. Para ele, estas actuam em função de imagens; para as vencer, não se utiliza o discurso racional, mas a mitologia. Sternhell assinala:

A crítica do individualismo, da democracia das instituições, do parlamentarismo, deve enormemente a esta nova visão do homem, concebido como um ser fundamentalmente irracional, determinado por condicionamentos históricos e biológicos, motivado por sentimentos e associação de imagens, nunca por ideias³⁵.

³² José Pequito Rebelo, *op. cit.*, p. 61.

³³ *Id.*, *ibid.*, p. 74.

³⁴ Zeev Sternhell, *La Droite Révolutionnaire (1885-1914) — Les Origines Françaises du Fascisme*, Paris, 1978, p. 16.

³⁵ *Id.*, *ibid.*, p. 152.

Mas, se Le Bon e as comunidades científicas se mantêm afastados da agitação política, parte das suas ideias são traduzidas rapidamente nesta esfera, legitimando uma nova ideologia.

Paris é, nos finais do século XIX, o centro deste borbulhar intelectual, o centro desta síntese ideológica. Para ali se dirigem as *élites* intelectuais e políticas da Europa Central e do Sul.

Em *O Valor da Raça*, obra escrita em 1914 e que pretende constituir o fundamento histórico do nosso nacionalismo, António Sardinha apoia-se na erudição da arqueologia, da história e da antropologia portuguesas para traçar a genealogia da raça lusitana e apresentar uma visão da história de Portugal que legitima o seu nacionalismo ráxico, mais tarde abandonado.

Ao contrário, na *Teoria do Acaso*, formulado pelos «estrangeiros do interior», Sardinha detecta no *Homo atlanticus* a base da população portuguesa e no luso «a homogeneidade étnica em que repousa a nossa existência histórica». Luso de características particularistas, sedentárias e localistas.

Esta pureza étnica e política da Nacionalidade obtém a sua perfeição máxima no medievalismo rural, autonomista e artesanal, que o desvario do Renascimento e a Índia põem em causa, arrastando Portugal para a decadência, desviando a sua vocação, comprometendo a sua raça com mestiçagens que a «cerrada higiene étnica» da Inquisição nem sempre pode controlar. Em Alcácer Quibir fica-nos a esperança e o messianismo. Até ao século XIX, a história portuguesa será a da luta entre localismo rural sadio e estrangeirismo. O absolutismo luterano e germânico transporta consigo a revolução liberal, restando com D. Miguel e as cortes de 1828 o facho da tradição.

Esta visão apocalíptica e extremamente nacionalista da história pretende legitimar-se cientificamente na produção das *élites* académicas portuguesas, apoiando-se em Estácio da Veiga, Teófilo Braga, Costa Lobo, etc.

Este processo de legitimação histórico remete-nos para um segundo problema: o da genealogia nacional do integralismo, nomeadamente a sua «descoberta» de pensamento contra-revolucionário português do século XIX.

Afirmemos desde já que este pouco influencia a formação do integralismo enquanto movimento doutrinário, antes fazendo parte do próprio processo de fundamentação nacional de uma ideologia que pretende negar na luta ideológica com os republicanos qualquer influência estrangeira. O integralismo deve mais ao liberalismo crítico e ao nacionalismo português de finais do século que ao legitimismo teórico, descoberto mais tarde.

O IL afirma-se como um movimento que, no campo ideológico, sintetiza elementos de genealogia diversa, não se reduzindo a uma mera continuidade (renovada pela conjuntura) da tradição contra-revolucionária do século XIX português.

No campo da genealogia, e em sintonia com o panorama ideológico europeu, ele corporiza contribuições que provêm não só das produções contra-revolucionárias no ambiente do liberalismo, como também das que tomam como ponto de partida a própria ideologia liberal. Utilizando a sistematização proposta por Ernst Nolte, poderemos afirmar que esta genealogia remonta ao *conservadorismo cristão* (Maistre, Bonald), ao *liberalismo crítico* (Comte, Le Play, Renan, Taine, Fustel de Coulanges) e ao próprio *conservadorismo radical francês* (La Tour du Pin, Maurice Barrès, etc.).

É via Action Française, ou, mais propriamente, via síntese maurrasiana, que os futuros integralistas apreendem esta produção intelectual. Não queremos com isto dizer que esta se não encontre presente em Portugal, no âmbito das *élites* culturais, ao longo da segunda metade do século XIX. É, no entanto, por esta via que estes a apreendem quando se preparam para praticar uma acção análoga.

Enquanto ideologia, o nacionalismo de Maurras e da Action Française penetraram profundamente nos países latinos da Europa do pré-guerra. O seu quadro

de influências segue, como salienta Weber, o esquema de dependências da cultura francesa.

A sua influência detecta-se no nacionalismo italiano do pré-guerra (*L'Idée Nazional*, de Corradini, Federzoni, 1911) e na Bélgica, Suíça e Espanha e inspira movimentação no campo ideológico. Todos estes grupos, como diz Weber, «nasceram sob inspiração de estudantes e admiradores das classes superiores, que se inflamaram pela Action Française num momento em que, insatisfeitos com a situação que os envolvia, procuravam um guia intelectual»³⁶.

O IL, no entanto, é, na tipologia de influências, o que mais se aproxima do movimento-mãe, quer ao nível da ideologia, quer no próprio fasear evolutivo enquanto movimento.

Ao realizar este tipo de operação ideológica, o IL recolhe, no próprio campo intelectual português, heranças diversas que não se restringem à «descoberta» do legitimismo, mas se apoiam também nas próprias produções ideológicas situadas no campo liberal, e que passam por Herculano, pela geração de 70, Oliveira Martins, etc. E mesmo, no âmbito da crise ideológica dos finais do século XIX, por certos aspectos do nacionalismo republicano.

Afirmava Sardinha:

Os conservadores portugueses acham-se, como conservadores, absolutamente impossibilitados de vencer. Ignoram o corpo doutrinário [...] há uma mística republicana. Mas não há uma mística reaccionária. Os nossos monárquicos organizam-se [...] não com convicção, mas como partido. Falta-lhes a escola da violência. E com a violência falta-lhes tudo: a finalidade [...] Nós, integralistas, não somos conservadores — dada a passividade que a palavra traduz. Somos antes renovadores³⁷.

Se, mais tarde, estes não conquistaram o terreno onde se implantaria o Estado Novo, desempenharam um papel fundamental na fermentação ideológica que presidiu ao derrube do Estado liberal no pós-guerra, elaboradores teóricos desta «mística reaccionária».

Outubro de 1981.

³⁶ Weber, *L'Action Française*, Paris, 1964, p. 546.

³⁷ António Sardinha, *Ao Princípio Era o Verbo*, Lisboa, 1945, p. 193.